

# Arquivo Municipal de Sintra <sup>1</sup>

EUGÉNIO MONTOITO <sup>2</sup>

## Arquivo Histórico

O Arquivo Municipal de Sintra é composto na actualidade por duas temporalidades organizacionais distintas – Arquivo Histórico e Arquivo Intermédio –, como resultado de uma reestruturação dos serviços da edilidade, levado a efeito na última década do século passado.

O Arquivo Municipal de Sintra/Arquivo Histórico remonta institucionalmente, em resultado de uma deliberação camarária, a 16 de Fevereiro de 1939, por proposta do vereador Mário Costa Ferreira Lima, e inserida no projecto de instalação do Museu, Biblioteca e Arquivo Municipal, no, então, adquirido Palácio Valenças.

Todavia, como elemento cristalizador dos testemunhos históricos de Sintra e seu Termo, o Arquivo, na sua dupla vertente, confunde-se naturalmente com a origem e ulterior desenvolvimento da região (incluindo as áreas dos extintos concelhos de Belas e de Colares, municípios que existiram até meados do século XIX) e, como tal, representa o resultado das vicissitudes da História Local, sendo um elemento produtivo da acção dos homens e do tempo na sua dualidade destrutiva e enriquecedora.

No seu início administrativo – não nos podemos esquecer que Sintra recebe o seu primeiro Foral em 1154 –, os acervos documentais municipais resumir-se-iam, decerto, a uma pequena dimensão de registos inerentes à própria actividade camarária. Depois, com a evolutiva e complexa acção dos homens perante o quotidiano social, e deste perante os homens, as leis que regulam estes dois vectores exigiram um aumento dos registos que, também em dupla função, possibilitaram um controlo das diversas actividades da população pelos poderes públicos e a resposta destas perante esses mesmos poderes.



<sup>1</sup> O presente texto, apresentado pela primeira vez no decorrer dos trabalhos do V Encontro de Arquivos Municipais, em Sintra, foi posteriormente actualizado e utilizado na divulgação do Arquivo Municipal de Sintra.

<sup>2</sup> Director do Departamento de Cultura e Turismo da Edilidade Sintrense, Arquivista responsável pelo Arquivo Municipal de Sintra.

Esta complexidade da máquina administrativa foi produzindo um número cada vez maior de documentos, exigindo novos meios perante o tratamento e a conservação, a par do conseqüente preenchimento de novos espaços físicos, até então reduzidos a pequenas áreas. Contudo, a multiplicação operada não foi acompanhada por um espírito e uma postura de conservação das espécies, pelo que os incêndios, as guerras, os saques, as perdas propositadas e os descuidos dos homens fizeram dispersar, ou mesmo desaparecer – irremediavelmente –, partes substanciais dos testemunhos escritos da região<sup>3</sup>.

A instalação física do arquivo, na sua vertente organizacional de Arquivo Histórico, só efectivou em 1962, após as grandes obras de remodelação efectuadas no Palácio Valenças, com a atribuição de uma sala destinada a albergar o acervo documental da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, a colecção de livros de Registo de Testamentos da antiga Administração do Concelho, os Livros de Actas da Câmara (de 1794 à actualidade) e os dois Forais Manuelinos de Sintra e de Colares, respectivamente de 1514 e 1516.

Vinte anos depois, apesar de se verificar a retirada do espólio da Misericórdia da custódia do AM/AH, a “descoberta” e/ou incorporação, por recolha, doação e/ou compra, de documentação municipal e extra-municipal, a par do novo ordenamento, por piso e sala, dos espaços do Palácio Valenças pertencentes ao arquivo e à biblioteca, permitiram um novo folgo e uma nova dinâmica organizacional, que catapultaram o AMS/Arquivo Histórico para uma nova realidade.

O AMS/Arquivo Histórico é, deste modo e neste momento, um dos mais ricos arquivos locais do país, reunindo um conjunto superior a 100 mil documentos balizados entre o século XIV e os nossos dias. As suas distintas Secções e conseqüentes Sub-Secções historicam a vida do Concelho em particular e de uma grande parte da Região Saloia em geral, constituindo-se, portanto, num precioso e insubstituível mostruário da memória colectiva.

Desde então, o trabalho arquivístico desenvolvido pode ser sintetizado na identificação dos acervos públicos, semi-públicos e

<sup>3</sup> Existe no acervo do Arquivo Municipal de Sintra um Livro contendo a cópia do Foral Manuelino de Sintra e das Posturas Municipais, datado de 1779, tendo como justificação para o facto de se ter recorrido à feitura dessa cópia, o estado lastimoso em que se encontravam os registos camarários.



especiais que constituem o seu todo, arrumados que estão em, aproximadamente sete centenas de metros lineares de estantes, espalhadas por dois pisos.

O AM/Arquivo Histórico vive, actualmente, uma situação difícil, dada a carência de instalações, minguidas para tão notável espólio, e pelo facto de parte da sua actividade e consequentes necessidades colidirem com a Biblioteca Municipal, já que ambas as instituições partilham o mesmo edifício, sem hipóteses de conseguirem a tão desejada expansão.

Julgamos, no entanto, que tal situação será alterada, numa primeira fase, com a saída da Biblioteca Municipal e o consequente reordenamento do espaço deixado vago e, numa segunda fase, a transferência e instalação definitiva em edifício próprio e de uso exclusivo.

## ARQUIVO MUNICIPAL DE SINTRA

### Classificação dos Acervos Documentais Existentes

#### A – ARQUIVOS PÚBLICOS

##### 1. Arquivos Municipais

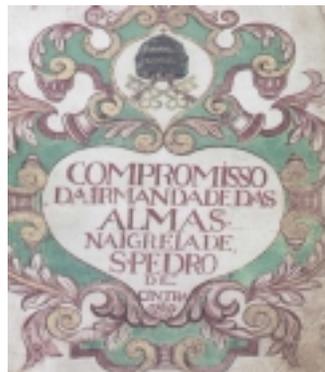
1. Câmara Municipal de Sintra
2. Câmara Municipal de Belas (Extinta)
3. Câmara Municipal de Colares (Extinta)

##### 2. Arquivos da Administração do Concelho

1. Administração do Concelho de Sintra
2. Administração do Concelho de Belas (Extinta)
3. Administração do Concelho de Colares (Extinta)

##### 3. Arquivos das Juntas de Freguesia do Concelho de Sintra

1. Freguesia de Aqualva \*
2. Freguesia de Algueirão Mem-Martins \*
3. Freguesia de Almargem do Bispo
4. Freguesia de Belas
5. Freguesia do Cacém \*
6. Freguesia de Casal de Cambra \*
7. Freguesia de Colares
8. Freguesia de Massamá \*
9. Freguesia de Mira Sintra \*
10. Freguesia de Monte Abraão \*
11. Freguesia de Montelavar
12. Freguesia de Pêro Pinheiro \*
13. Freguesia de Queluz
14. Freguesia de Rio de Mouro
15. Freguesia de Santa Maria e São Miguel
16. Freguesia de São João das Lampas
17. Freguesia de São Marcos \*
18. Freguesia de São Martinho



19. Freguesia de São Pedro de Penaferrim
20. Freguesia da Terrugem

4. Arquivo da Fazenda Pública de Sintra

5. Arquivo do Tribunal de Sintra

B – ARQUIVOS PRIVADOS E SEMI-PÚBLICOS

1. Arquivos Particulares e de Família

1. “Galamares”
2. Agostinho Timóteo Grilo
3. Casa de Manique
4. Casa de Manique
5. Casal de Pianos
6. Cunha e Costa
7. Francisco Costa
8. José Alfredo da Costa Azevedo
9. Lafetás
10. Lancastre de Almeida Garrett
11. Lino Paulo
12. Luís de Almeida Braga
13. Marialva
14. Marqueses de belas
15. Quinta da Madre de Deus
16. Quinta do Vinagre
17. Sá Nogueira

2. Arquivos Associativos

1. Associação de Caridade de Sintra
2. Cine-Teatro Carlos Manuel
3. Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo
4. Comissão de Iniciativa e Turismo de Sintra
5. Comissão dos Amigos das Mercês
6. Escola Académica de Sintra
7. Filarmónica de Sintra
8. Grupo Desportivo União Sabuguese
9. Instituto Histórico de Sintra
10. Sociedade União Sintrense
11. União Nacional (ANP-Concelhia de Sintra)

3. Arquivos Económicos

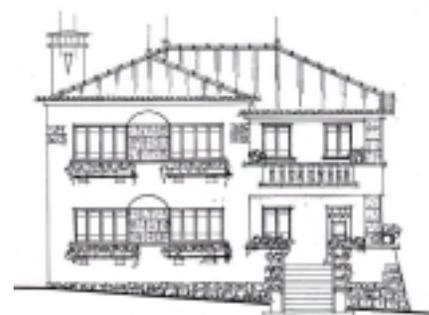
1. Adegas Regionais de Colares
2. Comissão Reguladora do Comércio de Sintra
3. Crédito Predial
4. Junta nacional da Marinha Mercante
5. Matadouro de Sintra

4. Arquivos Eclesiásticos

- A) Clero Secular
1. Igreja Paroquial da Terrugem
  2. Igreja Paroquial de Montelavar
  3. Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção de Colares
  4. Igreja Paroquial de São João das Lampas
  5. Igreja Paroquial de São Martinho de Sintra
- B) Clero Regular
1. Convento da Santíssima Trindade da Vila de Colares
  2. Convento do Carmo de Santa Ana de Colares
  3. Mosteiro da Penha Longa



4. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Pena
- C) Instituições Laicas/Religiosas
- Misericórdias, Irmandades e Confrarias –
1. Confraria da N. Sr.<sup>a</sup> da Piedade da Serra do Sabugo
  2. Confraria das Almas de S. João Degolado da Terrugem
  3. Confraria de N. Sr.<sup>a</sup> do Rosário de Almargem do Bispo
  4. Confraria de N. Sr.<sup>a</sup> de Melides
  5. Confraria de N. Sr.<sup>a</sup> de São João das Lampas
  6. Confraria dos Fiéis de Deus da Igreja de Santa Maria
  7. Irmandade da Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição da Ulgueira
  8. Irmandade das Almas de N. Sr.<sup>a</sup> da Purificação de Montelavar
  9. Irmandade das Almas de S. João das Lampas
  10. Irmandade das Almas de São Pedro de Almargem do Bispo
  11. Irmandade das Almas de São Pedro de Sintra
  12. Irmandade de N. Sr.<sup>a</sup> da Piedade da Igreja de S. Pedro de Almargem do Bispo
  13. Irmandade de N. Sr.<sup>a</sup> das Mercês do Penedo
  14. Irmandade de Nossa Senhora da Consolação de Aqualva
  15. Irmandade de São Sebastião da Terrugem
  16. Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja S. Martinho
  17. Irmandade do Santíssimo Sacramento da Terrugem
  18. Irmandade do Santíssimo Sacramento de Belas
  19. Irmandade do Santíssimo Sacramento de Colares
  20. Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Maria
  21. Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de São Martinho
  22. Misericórdia de Colares
- Albergarias e Hospitais –
1. Albergaria de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição da Idanha
  2. Albergaria e Hospital de Montelavar



## C – ARQUIVOS ESPECIAIS

1. Arquivo de João da Silva Marques
2. Figurativo
  - a). Cartográfico
    1. Cartazes
    2. Mapas
    3. Plantas
  - b). Iconográfico
    1. Filmes
    2. Fotografias
    3. Gravuras
    4. Postais Ilustrados

Documentação Dispersa

\*

Integrado no serviço de consulta pública da instituição, pode, ainda, ser consultada no local toda a Colecção de Legislação integrada no Arquivo, nomeadamente a inserta no



*Diário do Governo/ República* (1ª Série), desde 1839 até à actualidade, sendo que desde o ano de 1974 até 1999 se encontra já registada em suporte informático (A legislação inserta no *Diário do Governo/ República* – 2ª Série, desde 1914 até à actualidade e 3ª Série, desde 1951, encontra-se depositada no Arquivo Municipal/Arquivo Intermédio, sendo a sua consulta efectuada neste arquivo).

O AM/AH detém ainda uma Biblioteca de apoio e um Serviço de Reprografia, fazendo também a instituição parte Exposições, Encontros Internacionais, Conferências de diversa índole e Publicações, como forma de divulgação do património cultural existente.

A admissão à leitura no Arquivo Histórico é apenas permitida após o preenchimento de ficha de consulta ou da requisição, e da apresentação dos respectivos documentos de identificação pessoal.

Salvo o caso em que estiver estabelecido ou for aconselhável um período de incomunicabilidade, poderá ser efectuada a consulta de toda a documentação para fins de investigação particular.

Endereço: Arquivo Municipal de Sintra/Arquivo Histórico  
Palácio Valenças  
Rua Visconde de Monserrate, n.º 1  
2710-591 SINTRA  
Telf. – 219238821  
Fax. – 219238778

Horário: Segunda-Feira a Sexta-Feira – das 9H00 às 17H30  
Sábados, Domingos e Feriados – encerrado



# Arquivo Municipal de Sintra

## Arquivo Intermédio

O Arquivo Municipal de Sintra/Arquivo Intermédio, como anteriormente ficou compreendido, tem uma temporalidade organizacional própria, identificada na sua finalidade pelo recolher de toda a documentação produzida pelos diversos serviços camarários, a qual, não tendo perdido ainda o seu valor administrativo e legal, não adquiriu, de todo e por excelência, o valor informativo e cultural público, de molde a poder ingressar no Arquivo Histórico (ou definitivo).

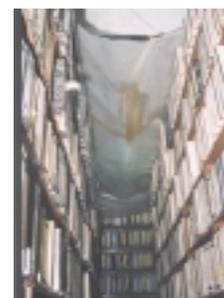
De igual modo, como atrás se afirmou, o AM/AI, registou o mesmo percurso evolutivo, sofreu com os mesmos comportamentos e posturas humanas, beneficiou dos avanços impostos pelas necessidades, enfim, espelhou o funcionamento da administração ao longo dos tempos.

O Arquivo Municipal/Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Sintra, como “entidade” fisicamente separada do Arquivo Municipal/Arquivo Histórico, surge também em finais da década de trinta, de uma forma reduzida quanto aos espaços e aos meios materiais e humanos disponíveis.

A inexistência de um quadro de pessoal próprio, a desenvolver actividade arquivística constante e apropriada demonstram a falta de reconhecimento e sensibilidade para algo patrimonialmente determinante, tendo, até aos finais da década de setenta, do século XX, sido visto o arquivo como simples depósito para onde se transferia anualmente a documentação produzida pelo município.

Também aqui, julgamos que tenham sido as dezenas, centenas e milhares de espécimes documentais que começaram a surgir, à data, como resultado do crescimento administrativo da edilidade e a conseqüente necessidade de gestão dos interesses, que impuseram uma nova postura sobre o tratamento arquivístico e a acomodação funcional, implicando, a partir de 1970, o arranjo do espaço existente e a colocação permanente de três funcionários.

Deste modo, e passadas duas décadas, o Arquivo Intermédio (então, denominado Arquivo Geral) recebeu nova



atenção da Administração ao categoriza-lo, na reestruturação da Organização Camarária, como Divisão de Documentação e Arquivo, pertencente ao Departamento Administrativo. Todavia, a situação de separação entre Arquivo Histórico e Arquivo Intermédio manteve-se inalterada, apesar das opiniões e pareceres externos e internos contrários.

Esta reestruturação organizacional permitiu, no entanto, dar um novo aproveitamento às capacidades existentes, consumando-se as acções desenvolvidas, fundamentalmente, no realizar o levantamento da realidade arquivística municipal e no lançar (ou melhor, tentar lançar) as raízes dos procedimentos e da sensibilidade necessária para a presunção dos objectivos pretendidos.

Ora, em 1989, a principal conclusão retirada dos estudos e da apreciação efectiva da realidade arquivística sintrense, resumia-se a uma dualidade convergente: Por um lado, os arquivos correntes dos Departamentos, das Divisões, das Repartições, enfim, dos diferentes serviços municipais eram, sem excepções significativas, inexistentes ou, nos casos em que simpaticamente se reconhecia essa intenção, espaços sem condições técnicas de conservação, segurança e tratamento dos acervos. Por outro lado, o aumento de documentação produzida pelos serviços camarários ao longo destes últimos anos, tinham esgotado as capacidades de incorporação do Arquivo Intermédio, não podendo este satisfazer as suas obrigações de recolha, selecção e tratamento.

Paralelamente aos apelos de resolução para o problema existente e aos avisos de ruptura que se aproximavam, em relação à documentação depositada no Arquivo e à que estava espalhada por armários, vãos, corredores, sótãos e torreões abandonados das diferentes “casas” municipais, as instalações do Arquivo Intermédio sofriam as consequências de se situarem num piso inferior de um Mercado. A insalubridade e as infiltrações constantes desafiavam desesperadamente a arte e o engenho dos técnico na tentativa diária de salvaguardar todo o acervo documental ali depositado, pelo que, passados sete anos da primeira intervenção sobre o estado arquivístico do município e encontrando-se o mesmo panorama, potenciado pela passagem do tempo, ou seja, acrescido no seu principal problema de



acomodação dos acervos, quer no interior das instalações do arquivo, quer nos próprios serviços municipais, toda a realidade arquivística municipal teve de ser reequacionada no seu todo problemático e nas soluções a adoptar.

Na perspectiva organizacional deu-se a unificação dos dois arquivos num único, apesar de se ter perdido o nível de independência orgânica, impôs-se a necessidade de se regularizar todo o processo de gestão documental e, por último, a criação de um novo espaço de tratamento e arrumo, devidamente, apetrechado de meios materiais e humanos.

Neste sentido, foram adquiridas as instalações existentes, no Alto do Chão Frio, Lourel, perto da estrada Sintra-Ericeira, respondendo a uma localização, relativamente próxima de todos os serviços municipais, e possuindo uma área útil de 2 000 m<sup>2</sup>.

Paralelamente, esta solução permitirá a recolha e a concentração de toda a documentação municipal, com idade administrativa, actualmente espalhada pelos diferentes Departamentos da Câmara, como também, libertará áreas impróprias para guardar a documentação e resolverá situações de ruptura existentes nos arquivos correntes dos serviços.

Deste modo, julgamos que a alternativa encontrada, expressa num total de +/- 14.000 m Metros lineares de Estantes, para um número de +/- 65.000 Unidades Instaladoras existentes e de crescimento para mais 35.000 unidades; isto é, podemos considerar que o actual Arquivo Municipal/Arquivo Intermédio resolve, por um período fracamente satisfatório, os problemas arquivísticos com que se debate a Edilidade Sintrense, como ainda, julgamos que o seu actual e modernizado funcionamento responderá eficazmente às questões levantadas, externa e internamente, pelos procedimentos administrativos.

Endereço:

Complexo Lourel Park  
Rua Lugar do Mouro  
Pavilhões 3 e 4 – Lourel  
2710-446 SINTRA

Horário:

Segunda-Feira a Sexta-Feira, das 9H00 às 17H30  
Sábados, Domingos e Feriados – encerrado



ARQUIVO MUNICIPAL DE SINTRA  
ARQUIVO INTERMÉDIO

CAPACIDADE INSTALADORA

